

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR ROBSON MARINHO DD
CONSELHEIRO RELATOR DO PROCESSO: TC-006919.989.20 EM
TRÂMITE PERANTE O EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE SÃO PAULO

Contas de Prefeitura - Exercício de 2021

Processo: TC - 006919.989.20

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEDRA BELA, através de seu prefeito **ALVARO JESIEL DE LIMA**, assistido pelo procurador municipal, já devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fundamento no artigo 51 e seguintes da LEI COMPLEMENTAR Nº 709, DE 14 DE JANEIRO DE 1993, apresentar **DEFESA PRÉVIA** em face dos apontamentos da r. auditoria desse Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, respeitante às Contas Anuais do **exercício de 2021**, o que o faz nos termos subsequentes.

I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Insigne Conselheiro, quando da inspeção dos técnicos dessa E. Corte de Contas ao nosso município, para realizarem o levantamento anual de nossas contas, estes constataram, conforme consta do relatório

exarado, que cumprimos todos os mandamentos legais e constitucionais, com as aplicações dos recursos públicos dentro dos percentuais, legal e constitucional, obrigatórios, conforme relatamos:

- ✓ A Prefeitura apresentou superávit orçamentário e financeiro cumprindo os mandamentos da LRF;
- ✓ No ensino aplicamos o percentual de 25,51% da receita de impostos e transferências, dando cumprimento ao mandamento ao art. 212 da Constituição Federal;
- ✓ Na saúde nossa aplicação atingiu a casa dos 26,85%, dando cumprimento ao mandamento do art. 77 dos A.D.C.T's;
- ✓ Gastamos com pessoal 44,67% de nossa Receita Corrente Líquida cumprindo, desta forma, o preceito do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- ✓ Quanto aos recursos do FUNDEB aplicamos os percentuais estabelecidos pela Lei Maior e artigos 25 e 26 da Lei Federal 11.494/07;
- ✓ O repasse à Câmara de Vereadores ficou na casa de 3,60% atendendo o limite do Artigo 29-A, da Constituição Federal;
- ✓ O recolhimento de nossos encargos sociais foi considerado em ordem pela auditoria;
- ✓ Pagamos os precatórios inscritos como Dívida Fundada bem como todos os Requisitórios de Pequeno Valor - RPV's;

- ✓ Não renunciaremos a arrecadação de receitas de nossa competência, obedecendo ao preceito do art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000;
- ✓ Cumprimos os mandamentos que visam dar transparência na gestão pública, especialmente o art. 49 e 51, § 1º da L.R.F., o art. 112 da Lei Federal 4.320/64, o art. 162 da Constituição Federal e o art. 12 da Lei 8.689/93, Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), bem como da Lei Complementar de nº. 131/2009 (Lei da Transparência);

Como fica claro, pelo exposto, *magna permissa vênia* de Vossa Excelência, nossas contas estão aptas a receberem parecer favorável dessa E. Corte de Contas, visto que as parcas falhas apontadas pela auditoria não foram suficientes para macular o todo de nosso exercício, pois, do contrário, o espírito da aplicação da justiça, que norteia as decisões dessa Corte de Contas, não será observado.

A seguir, exporemos as alegações necessárias para rechaçar os apontamentos realizados, onde deixaremos claro que estas falhas apontadas pela fiscalização ou não existiram ou não repercutiram negativamente em nosso trabalho.

II - APONTAMENTOS E JUSTIFICATIVAS

1. Item A.1.1. CONTROLE INTERNO

- O setor está vinculado à Secretaria de Finanças e o cargo é de livre nomeação pelo Prefeito Municipal, conforme determinam os artigos 4º e 5º da Lei Municipal nº 527/2017, sendo que o servidor responsável pelo Controle Interno em 2021, também foi responsável pelo Departamento de Pessoal, fatores que comprometem a sua independência de atuação necessária ao exercício da função;
- Os relatórios elaborados pelo Controle Interno trazem somente dados

estatísticos alcançados pela Prefeitura no período, não avaliando a gestão em suas dimensões; • O setor não exerceu, no período analisado, a fiscalização com atuação prévia, concomitante e subsequente aos atos e fatos administrativos visando à avaliação da ação do governo e da gestão dos administradores, em descumprimento ao determinado no artigo 3º da Lei Municipal nº 527/2017; •Proposta da fiscalização: faz-se necessário o aprimoramento do Controle Interno para cumprir as funções constitucionais e legais atribuídas a este Setor.

Em relação ao presente apontamento, primeiramente, de se dizer que, como fora constatado pelo próprio agente da fiscalização, existe sistema de controle interno devidamente implantado, Lei Municipal nº 527/2017, cujo profissional é capacitado e atuante.

Sem embargo disso, cumpre esclarecer que, na constante busca do aperfeiçoamento bem como em atenção aos ensinamentos e orientações desse E. Tribunal de Contas, elaboramos projeto de lei para **criação do emprego permanente de agente de controle interno**, o qual fora aprovado pelo Poder Legislativo local conforme Lei Municipal nº 140/2020, em anexo.

Na sequência, com observância as normas gerais de direito público, contratamos empresa especializada em realizar concurso público, para preenchimento da vaga de agente de controle interno, criada pela referida lei municipal.

Entretanto, em razão da edição Lei Complementar de nº 173/2020, que proibiu contratações que aumentassem despesas até 31/12/2021, o procedimento foi suspenso pelo prazo legalmente imposto pela referida lei complementar.

Nesse engodo, cessados os efeitos proibitivos da LC 173/2020 foi determinada a continuidade do procedimento de contratação de agente de controle interno, mediante concurso público sob o nº 01/2022, para exercer suas funções com exclusividade.

Conforme comprova a documentação em anexo, o referido concurso público foi **homologado** no dia 02 de dezembro próximo passado, sendo que, cumpridas as formalidades legais, já foi providenciado convocação conforme lista de classificação, inclusive, do **agente de controle interno**. Vejamos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BELA/ SP
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2022



EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Pedra Bela/SP, por meio da empresa Aplicativa Serviços de Apoio e Gestão Administrativa Ltda., torna pública a homologação dos empregos de AGENTE DE CONTROLE INTERNO, ASSISTENTE SOCIAL, DENTISTA, FISIOTERAPEUTA, FONOAUDIÓLOGO, TERAPEUTA OCUPACIONAL, VETERINÁRIO, FISCAL DE TRIBUTOS, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, ELETRICISTA, MECÂNICO, MOTORISTA, PEDREIRO e COLETOR DE LIXO do Concurso Público nº 01/2022, com publicação da classificação final nesta data, tendo em vista a conclusão dos trabalhos relativos aos empregos supracitados do certame em tela, após cumprimento de todas as etapas previstas, prazos recursais e demais exigências constantes do Edital de Abertura.

O prazo de validade do Concurso Público será de 2 (dois) anos, contados a partir da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período segundo interesse da Administração Pública.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é expedido o presente Edital.

Pedra Bela, 2 de dezembro de 2022.

ÁLVARO JESIEL DE LIMA
Prefeito Municipal de Pedra Bela / SP

Desse modo, conforme comprova a documentação em anexo e, considerando que a despeito da existência e atuação efetiva, já criamos o emprego e deflagramos concurso público para contratação de agente de controle interno, o qual já foi convocado para preenchimento da vaga, conforme edital de convocação anexo, requer seja **relevado** o presente apontamento.

2. ITEM A.2 IEG-M - I-PLANEJAMENTO

• Não houve a elaboração do Relatório Anual de Avaliação dos Programas Finalísticos Monitorados do PPA pela Prefeitura Municipal; • As peças que compõem o planejamento não são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais “previstos X realizados”, infringindo o artigo 7º, inciso VII, alínea “a”, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; • Na consulta pública online para elaboração das Peças de Planejamento não há glossário explicando os objetivos, a forma de contribuição e o prazo de coleta em linguagem clara e simples; • A LOA prevê abertura de créditos adicionais por decreto em percentual acima da inflação; • Não houve a realização de avaliações formais com elaboração de relatórios sobre a execução orçamentária; • O responsável pelo Controle Interno ocupa cargo efetivo e exerce a função de forma não exclusiva; • A estrutura organizacional do Sistema de Controle Interno está associada ou subordinada diretamente a Secretaria/Diretoria de Finanças/Fazenda e não diretamente ao dirigente máximo da Prefeitura; • A Prefeitura Municipal entregou documentos do Sistema Audesp fora do prazo ou não entregou, em desacordo com as Instruções nº 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como os Incisos do § 2º do artigo 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

Primeiramente, importante anotar que o município de Pedra Bela é uma pequena Comuna com pouco mais de 6.000 mil habitantes, e dada sua característica econômica predominantemente rural, qualquer alteração nas diversas áreas, seja social ou econômica, entre outras, é facilmente perceptível pela administração pública e pela própria população.

Assim, seguindo as orientações desse E. Tribunal de Contas temos levado adiante, dentro das nossas limitações orçamentárias e financeiras,

a implementação de todas as medidas visando o aperfeiçoamento dos atos de gestão.

Cumpre dizer também, que, como se disse acima, a nossa Prefeitura possui uma estrutura modesta, seja em relação a recursos financeiros, seja em relação aos recursos humanos.

Destarte, como atestado pelo agente da fiscalização desse E. Tribunal, e se comparado aos atos de gestão praticados em exercícios anteriores houve considerável evolução na elaboração das peças de planejamento – PPA, LDO, LOA, que conta com a participação efetiva do prefeito municipal, na construção a execução do orçamento municipal, disponibilizando o processo ao controle social da nossa população, aliás.

E, sem querer ser repetitivo, nossa estrutura é modesta, e nesse cenário todos os envolvidos com a matéria em análise, se reúnem constantemente, seja na elaboração, seja na execução do orçamento público municipal.

Sem prejuízo do acima articulado, e em atendimento aos ensinamentos desse E. Tribunal de Contas, procedemos à nomeação de Comissão de Orçamento para acompanhamento e elaboração das peças de planejamento PPA, LDO e LOA, avaliação quanto à implementação dos programas finalísticos em relação a seus indicadores, objetivos e metas, consoante comprova a documentação em anexo.

Esclarece ainda, que os servidores nomeados para acompanhamento e elaboração das peças orçamentárias, tem formação adequada, e, estão recebendo treinamento e acompanhamento de

consultoria especializada visando à capacitação dos mesmos, o que demonstra que estamos adotando todas as providencias cabíveis para sanar todo e qualquer apontamento e, em constante aperfeiçoamento.

Assim, não subsistem as críticas de irregularidade da auditoria no tocante as peças de planejamento, visto que, em relação a sua elaboração, conteúdo, e mesmo execução, estão plenamente atendidos os mandamentos da legislação financeira aplicável e, da própria Lei Maior, inclusive, em relação aos limites para abertura de créditos adicionais, especiais, através de diplomas pertinentes, Decreto ou Lei, obedecidos os percentuais em patamares razoáveis dentro do que autoriza a Constituição Federal e a Lei nº 4.320/64.

Assim, estamos trabalhando, para aperfeiçoamento no tocante a divulgação das peças de planejamento, com os indicadores de programas, e metas de ações governamentais previstos X realizados, conforme artigo 7º, inciso VII, alínea "a", da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Já em relação ao cumprimento dos prazos na entrega de documentos no Sistema AUDESP, igualmente não há que se falar em irregularidade digna de nota, pois, são ocorrências pontuais e diminutas e ademais disso, TODOS os documentos foram entregues, não tendo havido qualquer prejuízo a transparência e/ou obstaculizado a fiscalização desse E. Tribunal.

Dessa forma, considerando os esclarecimentos acima e, tendo ficado claro que essa Prefeitura cumpre a legislação aplicável acerca da

matéria levantada nesse tópico, requer seja **relevado** o presente apontamento.

3. ITEM B.1.5. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

• *O Balanço Patrimonial do exercício examinado não demonstra adequadamente a dívida real de Longo Prazo, em razão da contabilização da dívida previdenciária na renegociação em 2017, sem descontar os valores já pagos.*

Conforme verificado, e relatado pelo r. agente da fiscalização, a Prefeitura já oficiou inúmeras vezes a Receita Federal, para fins de esclarecimento cerca do montante total da dívida objeto de parcelamento, qual, diga-se de passagem, vem sendo pago pontualmente pela Prefeitura de Pedra Bela.

Todavia, até o momento a Receita Federal do Brasil não atendeu as nossas solicitações sob diversas alegações, inclusive, “troca de sistema”. Sendo assim, a matéria já foi encaminhada a Procuradoria Municipal para as devidas providencias.

Assim sendo, não podemos ser responsabilizados por uma falha institucional de outro órgão público, (Receita Federal do Brasil), e, ademais disso estamos adotando todas as providencias necessárias para sanar essas ocorrências, e apurar o exato valor da dívida para lançamento, motivo pelo qual requer seja **RELEVADO** o presente apontamento.

4. ITEM B.1.11.1. CARGOS EM COMISSÃO • *Verificamos a nomeação em cargos comissionados de: 01 Assistente de Diretoria de Esporte e Lazer; 02 Assessores de Gabinete, e 01 Assistente de D. da Saúde cujas atribuições não*

possuem características de direção, chefia e assessoramento em desacordo com o artigo 37, inciso V, da Constituição Federal. **5. ITEM B.1.11.1.1. CARGOS EM COMISSÃO - ESCOLARIDADE** • *Destacamos que os cargos em comissão estão ocupados em inobservância à jurisprudência deste Tribunal de Contas, haja vista a possibilidade de nomeação de pessoas com nível médio de escolaridade, ou seja, as atribuições dos cargos não exigiriam os conhecimentos e habilitações técnicas de determinada área de conhecimento, restando inobservado o disposto no artigo 37, inciso V, da Constituição Federal;* • *No exercício examinado foram nomeados 2 servidores sem curso superior e, em 31/12/2021, havia, no total, 5 servidores ocupantes de cargos em comissão sem a formação mínima exigida.* **6. ITEM B.1.11.1.2. CARGOS EM COMISSÃO - ASSESSORAMENTO** • *Os cargos em comissão de Assistente de Diretoria de Esporte e Lazer, Assistente de Diretoria e Planejamento e Gestão, Assistente de Gabinete e Assessor de Gabinete se destinam ao exercício de atividades meramente burocráticas ou de secretaria, que não exigem, para seu adequado desempenho, relação de especial confiança;* • *Em 31/12/2021, estavam providos três assessores de gabinete, um assistente de diretoria de esporte e lazer e um assistente de diretoria de planejamento e gestão;* • *A manutenção de cargos ocupados, cujas atribuições não possuem características de direção chefia e assessoramento constituem burla à regra do concurso público, e vão de encontro ao artigo 37, inciso V, da Constituição Federal;* • *Proposta da fiscalização: comunicação ao Ministério Público do Estado de São Paulo para a adoção das providências que entender cabíveis para o caso.*

Com relação aos cargos em comissão, insta salientar, que o quadro de cargos com as respectivas descrições, e, quantidades, foram criados através da Lei Municipal de nº 120/2018, conforme se verifica na página eletrônica da Prefeitura e Câmara Municipal de Pedra Bela.

Ademais disso, conforme verificado *in loco* pelo próprio agente de fiscalização, o quadro de servidores ocupantes de cargos em comissão é reduzido, não se verificando número excessivo de ocupantes de cargos dessa natureza frente ao quadro de servidores/empregados públicos ocupantes de emprego efetivo (concursados).

Muito pelo contrário, no exercício em exame (2021) verificou-se uma diminuição em relação à quantidade dos ocupantes de cargo em comissão nos quadros de servidores públicos da Prefeitura de Pedra Bela, consoante se verifica às fls. 13 do r. relatório da fiscalização. Vejamos:

| Natureza do cargo/emprego | Quant. Total de Vagas | | Vagas Providas | | Vagas Não Providas | |
|---------------------------|-----------------------|--------------|----------------|--------------|--------------------|--------------|
| | Ex. anterior | Ex. em exame | Ex. anterior | Ex. em exame | Ex. anterior | Ex. em exame |
| Efetivos | 351 | 351 | 255 | 244 | 96 | 107 |
| Em comissão | 47 | 47 | 24 | 22 | 23 | 25 |
| Total | 398 | 398 | 279 | 266 | 119 | 132 |
| Temporários | Ex. anterior | | Ex. em exame | | Em 31.12 do | Ex. em exame |
| Nº de contratados | 25 | | 22 | | | |

Sem prejuízo do exposto, importa registrar também que a Prefeitura de Pedra Bela, **firmou Termo de Ajuste de Conduta com o Ministério Público Estadual**, em anexo, tendo como objeto, a estrutura dos cargos em comissão, contratações temporárias entre outros temas relacionados à contratação de pessoal, sendo que referido TAC foi homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Nesse estágio, antes mesmos da homologação do TAC em referência, já foram adotadas diversas providências constantes do referido documento, bem como orientações e determinações desse E. Tribunal de Contas.

Diante disso, demonstrado está, que, a despeito de possuírmos uma estrutura modesta de cargos em comissão em nosso município, estamos buscando constante aperfeiçoamento dessa estrutura, motivo pelo qual requer seja **RELEVADO** o presente apontamento.

7. ITEM B.1.11.2. GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR

• *Constatamos o pagamento de Adicional de Nível Universitário aos ocupantes de cargos que já exigem formação de nível superior como requisito de ingresso, em inobservância ao artigo 39, § 1º, inciso I, da Constituição Federal e aos princípios da moralidade, interesse público e eficiência.*

Alega a r. fiscalização que a Prefeitura Municipal de Pedra Bela concede de forma irregular, adicional de 15% sobre o valor básico de seus vencimentos, aos servidores ocupantes dos empregos de professor I e II, que comprovar possuir diploma de licenciatura plena ou licenciatura plena em pedagogia, com supedâneo no artigo 13, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 84/2009.

Ocorre que, diferentemente do alegado, para os casos dos professores I e II, o diploma de nível superior não é condição legal exigível para ocupar os referidos empregos, conforme estabelece o artigo 9º, I e II, da Lei Complementar Municipal nº 84/2009, *in verbis*:

Art. 9º Para o provimento dos empregos públicos, bem como o preenchimento de funções decorrentes de serviços transitórios na área da educação, a que se refere o artigo anterior, são exigidos os seguintes requisitos mínimos:

*I - PROFESSOR I - Professor de Educação Infantil (Pré-Escola e Creche): nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, **admitida como formação mínima, a habilitação específica em nível médio, na modalidade Normal;***

*II - PROFESSOR II - Professor de Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano e Educação de Jovens e Adultos: nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, **admitida como formação mínima, a habilitação específica em nível médio, na modalidade Normal;***

Ou seja, previu a Lei um estímulo de aperfeiçoamento para os casos em que não era exigível formação em nível superior para preenchimento dos respectivos empregos, objetivando, assim, maior qualidade no serviço público educacional do Município.

Ademais, conforme informa o próprio agente de fiscalização, os referidos pagamentos são realizados somente aos profissionais da educação – professor I e II, com fundamento na LC 84/2009, a qual, diga-se de passagem, está vigente.

Nessa esteira, *permissa vênia*, no ordenamento jurídico brasileiro, a lei e os atos administrativos gozam de presunção de legalidade e de constitucionalidade, o que somente pode ser fastado através dos mecanismos constitucionais próprios.

Ademais, no que diz respeito ao cancelamento de forma abrupta do pagamento do adicional devidamente incorporado ao salário, também

vaticina o Egrégio Supremo Tribunal Federal que a irredutibilidade de vencimentos é garantia constitucional. Senão vejamos:

[...]

I - O art. 37, XIV, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional 19/1998, é auto aplicável;

II - Não há direito adquirido a regime jurídico, notadamente à forma de composição da remuneração de servidores públicos, observada a garantia da irredutibilidade de vencimentos. [Tese definida no RE 563.708, rel. min. Cármen Lúcia, P, j. 6-2-2013, DJE 81 de 2-5-2013, Tema 24.]

.....

O Supremo Tribunal Federal fixou jurisprudência no sentido de que não há direito adquirido à regime jurídico-funcional pertinente à composição dos vencimentos ou à permanência do regime legal de reajuste de vantagem, desde que eventual modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global da remuneração, não acarretando decesso de caráter pecuniário. Precedentes. [RE 593.304 AgR, rel. min. Eros Grau, 2ª T, j. 29-9-2009, DJE 200 de 23-10-2009.]

.....

Irredutibilidade de vencimentos: garantia constitucional que é modalidade qualificada da proteção ao direito adquirido, na medida em que a sua incidência pressupõe a licitude da aquisição do direito a determinada remuneração. Irredutibilidade de vencimentos: violação por lei cuja aplicação implicaria reduzir vencimentos já reajustados conforme a legislação anterior incidente na data a partir da qual se prescreveu a aplicabilidade retroativa da lei nova. [RE 298.694, rel. min. Sepúlveda Pertence, P, j. 6-8-2003, DJ de 23-4-2004.]

.....

A garantia constitucional da irredutibilidade do estipêndio funcional traduz conquista jurídico-social outorgada, pela Constituição da República, a todos os servidores públicos (CF, art. 37, XV), em ordem a dispensar-lhes especial proteção de caráter financeiro contra eventuais ações arbitrárias do Estado. Essa qualificada tutela de ordem jurídica impede que o poder público adote medidas que importem, especialmente quando implementadas no plano infraconstitucional, em diminuição do valor nominal concernente ao estipêndio devido aos agentes públicos. [ADI 2.075 MC, rel. min. Celso de Mello, P, j. 7-2-2001, DJ de 27-6-2003.] (destaques no original)

Resta claro, portanto, a impossibilidade de redução salarial, assegurado pela Constituição Federal de 1988.

Nessa linha de raciocínio, eventual cancelamento do adicional de nível universitário deve vir acompanhado de imediata recomposição na sua base de cálculo, evitando assim afronta ao dispositivo constitucional acima transcrito.

Mais que isso, eventual corte nesses pagamentos poderia acarretar uma “enxurrada” de ações trabalhistas comprometendo o erário municipal, visto que sabido e consabido a incidência de custos adicionais decorrentes de ações na justiça, como custas processuais, honorários de advogados entre outros.

Sem embargo do acima articulado, necessário trazer ao conhecimento de Vossa Excelência, que a Prefeitura está em fase de elaboração do novo plano de cargos empregos e salário dos profissionais

da educação, com criação de critérios objetivos para que o servidor possa progredir na carreira com retorno de qualidade nos serviços prestados a nossa população.

Dentro dessa perspectiva, informa ainda que estão sendo realizados estudos quanto aos pagamentos referentes ao nível universitário, para que eventual corte desse benefício seja realizado em consonância com Lei Maior e decisões majoritárias das Cortes Judiciais e do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Ante o exposto e, considerando que os pagamentos foram criados há vários anos, por administração anterior, e que estamos elaborando estudos para adequação do plano de carreira educacional, inclusive com possibilidade de corte desse adicional, requer seja **relevado** o presente apontamento.

8. ITEM B.1.11.3. HORAS EXTRAS

•A realização de horas extras se manteve constante em todos os meses do quadrimestre, o que demonstra que a prática ocorreu de forma contumaz e rotineira, não se revestindo da excepcionalidade necessária para a sua legal caracterização; •A utilização do instituto das horas extras com pagamentos contínuos e idênticos se constitui, na prática, em complementação salarial, procedimento que está em contrariedade aos princípios constitucionais da eficiência, economicidade e da razoabilidade.

Não existe o alegado descumprimento da legislação quanto ao pagamento de horas extras. Assim é que, conforme verificado pelo r. agente da fiscalização não há pagamento vultoso de horas

extraordinárias, mas somente aquelas realmente necessárias para o bom funcionamento dos serviços públicos essenciais.

Ademais, conforme se verifica do próprio relatório da fiscalização, a quase totalidade das horas extras foram pagas a servidores ocupantes de emprego público de motorista, em especial lotados no Departamento da Saúde.

Assim é que, por tratar-se de município de pequeno porte, com pouco mais de 6 mil habitantes, os atendimentos de média e alta complexidades são realizadas em outros municípios distantes de Pedra Bela.

Cita, por exemplo, os tratamentos oncológicos realizados na cidade Ribeirão Preto, a mais de 300 km que demanda aproximadamente 5 horas de viagem ou 10 horas (ida e volta). Porém, como se disse são casos pontuais e imprescindíveis para atendimento as demandas de saúde da nossa população especialmente para tratamento de casos considerados graves.

Ora, ao transportar o paciente para outra cidade não tem como controlar o horário exato que o mesmo será atendido ou tempo de espera. Por outro lado, o motorista não pode retornar sem o paciente o que pode extrapolar o horário normal de trabalho cujo pagamento das horas excedentes é medida que se impõe.

Portanto, verificada a necessidade de contratação de horas extras essas são autorizadas pelos chefes de departamento, e confirmadas pela autoridade superior.

Não há contratação de hora extras “fantasmas” ou desnecessárias. Todas as horas extras são justificadas pelos diretores de departamentos que encaminham as autorizações a Divisão de Recursos Humanos.

Ressalte-se, por fim que, em razão das medidas legais de enfrentamento da pandemia da Covi-19 a Prefeitura ficou impedida de realizar concurso público, em especial por imposição da LC 173/2020.

Porém, superada essa fase de impedimento, deflagramos processo de contratação pública na forma da Lei Maior, em fase de homologação, onde o preenchimento de vagas de empregos em aberto suprirá a necessidade de pagamento de horas extras, o que poderá ser verificado quando da próxima fiscalização.

Assim sendo, considerando que os pagamentos referentes as horas extras são necessários para manutenção dos serviços públicos, em especial da saúde, e que já adotamos todas as medidas legais cabíveis para suprir as necessidades de contratação de horas extras, com a contratação de outros servidores, requer seja **relevado** o presente apontamento.

9. ITEM B.1.11.5. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

•*Os valores pagãos a título de honorários advocatícios não constam de folha de pagamento, desatendendo recomendação desta Casa de Contas.*

Com relação ao presente apontamento, cumpre esclarecer que, o pagamento de honorários advocatícios é realizado nos exatos termos da legislação aplicável, em especial, o Código de Processo Civil (Lei nº

13.105/2015), Estatuto da OAB (Lei nº 8.906/1994) e da Lei Municipal de nº 657/2019, em anexo.

Necessário anotar também que, em decorrência das referidas legislações federais, bem como decisão com repercussão geral do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) 663696, aos procuradores municipais é dispensado tratamento de acordo com a carreira, atrelada as funções essenciais da justiça, com reflexos, por exemplo, no estabelecimento de teto constitucional de remuneração, que, diferentemente dos demais servidores, no caso, não é o do prefeito.

Nessa esteira, também é sabido que por decisão do STF os honorários compõem a remuneração para fins de estabelecimento do teto, ainda que não seja o do prefeito, tendo sido reconhecido que é o teto de 90,75% do subsídio mensal em espécie dos ministros do Supremo Tribunal Federal; todavia, não há na legislação comando expresso para que os valores referentes às sucumbências sejam incluídos na folha de pagamento.

Independente disso, em razão do presente apontamento, cumpre informar que já determinamos aos responsáveis pelo Departamento de Recursos Humanos, que os honorários de sucumbência sejam incluídos na folha de pagamento do procurador municipal, motivo pelo qual requer seja **relevado** o presente apontamento.

10. ITEM B.2. IEG-M-I-FISCAL

•A Prefeitura Municipal não dispõe de rotina de fiscalização para detectar contribuintes que deixaram de emitir a Nota Fiscal de Serviços por determinado período ou que apresentaram queda acentuada em suas operações, a fim de

detectar o fim das atividades ou a sonegação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); • Não houve divulgação de todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa em tempo real, contrariando o inciso I do artigo 48-A da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000; • A Prefeitura Municipal realizou o envio dos dados, das informações e dos documentos referentes à Gestão Fiscal e à Prestação Anual de Contas fora do prazo estabelecido no Calendário Anual de Obrigações do Sistema AUDESP, contrariando o artigo 55 das Instruções nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

No tocante aos apontamentos supramencionados, no que diz respeito à fiscalização dos tributos municipais, incluindo o ISSQN, por se tratar de município de pequeno porte, com estrutura modesta, esse controle já é feito facilmente pelos servidores lotados no setor de tributação.

Ademais disso, cumpre registrar que estamos envidando todos os esforços para aperfeiçoar e criar mecanismos mais eficientes de arrecadação, como por exemplo a implantação recentemente da Nota Fiscal Eletrônica.

A par disso, realizamos concurso público para preenchimento de vaga de emprego de fiscal de tributos, o que já foi homologado, estando em fase de convocação dos candidatos aprovados.

Do mesmo modo, rechaçamos a alegada ofensa ao inciso I do artigo 48-A da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 quanto a alegação da não publicação em tempo real de todas as despesas, visto que atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da

despesa em tempo real, havendo comissão e acompanhamento, inclusive no acompanhamento do SIAFIC que atesta a regularidade de todas as publicações em tempo real.

Quanto a alegação de que as informações e documentos referentes à Gestão Fiscal e à Prestação Anual de Contas foram entregues fora do prazo estabelecido no Calendário Anual de Obrigações do Sistema AUDESP, como já esclarecido anteriormente, são falhas pontuais, diminutas, que não macularam as prestações de contas tampouco obstaculizaram a fiscalização do E. Tribunal de Contas.

No mais, a despeito de algumas ocorrências de atrasos, pontual, a verdade é que toda e qualquer informação e documentos foram transmitidos a E. Corte de Contas, não havendo omissão ou ocultação, cujos atrasos verificados não foram intencionais e/ou prejudiciais a fiscalização como já se disse anteriormente.

11. ITEM B.3.1. AUSÊNCIA DE AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIRO NOS PRÉDIOS PÚBLICOS, INCLUSIVE ESCOLA E UNIDADES DE SAÚDE.

•*Não há Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB para os imóveis ocupados pela Prefeitura de Pedra Bela, descumprindo-se o disposto no Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018; •Proposta da fiscalização: que seja comunicado o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, para as providências que entender pertinentes.*

No tocante ao Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB – para os imóveis ocupados pela Prefeitura de Pedra Bela, esclarece que estão sendo regularizados os prédios públicos, dentre os quais 14

(quatorze) edificações já se encontram com a devida licença do corpo de bombeiros em vigência, conforme comprova documentação anexa.

Restam apenas 06 (seis) que estão em fase de elaboração de projeto, as quais já foram vistoriadas pelo Corpo de Bombeiros e notificadas para regularização, conforme as ordens de fiscalização em anexo, ficando assim a atual situação dos imóveis públicos:

1. A Creche Municipal, denominada Algodão Doce, localizada na Travessa Antônio Cenciani, nº 111, Centro, Pedra Bela – SP, possui AVCB n.º 468809, conforme documento em anexo, com validade até 30/06/2023;
2. Escola Municipal do Bairro Córrego Raso, localizada na Estrada Municipal PDB 325, s/nº, Bairro Córrego Raso, Pedra Bela – SP, possui AVCB n.º 563034, conforme documento em anexo, com validade até 23/02/2025;
3. Escola Municipal do Bairro Estiva do Campestre, localizada na Rodovia José Bueno de Miranda, Km 4, s/nº, Bairro Estiva do Campestre, Pedra Bela – SP, possui AVCB n.º 563033, conforme documento em anexo, com validade até 23/02/2025;
4. Escola Municipal do Bairro da Campanha, localizada na Estrada Municipal PDB 422, s/nº, Bairro Campanha, Pedra Bela – SP, possui AVCB n.º 563032, conforme documento em anexo, com validade até 23/02/2025;

5. Escola Municipal do Bairro do Campo, localizada na Estrada Municipal PDB 124, s/nº, Bairro do Campo, Pedra Bela – SP, possui CLCB n.º 823028, conforme documento em anexo, com validade até 10/02/2025;
6. Escola Municipal do Bairro das Pitangueiras de Cima, localizada na Estrada Municipal PDB 111, s/nº, Bairro Pitangueiras de Cima, Pedra Bela – SP, possui AVCB n.º 563031, conforme documento em anexo, com validade até 23/02/2025;
7. Escola Municipal do Bairro das Pitangueiras, localizada na Estrada Municipal PDB 369 (Via Augusto Pereira de Araújo Cunha), s/nº, Bairro Pitangueiras do meio, Pedra Bela – SP, possui AVCB n.º 563029, conforme documento em anexo, com validade até 23/02/2025;
8. UBS – Unidade Básica de Saúde, localizada na Rua Bernardino de Lima Paes, nº 51, Centro, Pedra Bela – SP, possui AVCB n.º 580877, conforme documento em anexo, com validade até 07/06/2025;
9. Velório, localizado na Praça Lavínia de Oliveira Leme, nº 01, Centro, Pedra Bela – SP, possui CLCB n.º 945164, conforme documento em anexo, com validade até 11/11/2025;
10. Casa do Agricultor (Polícia Militar), localizada na Praça Lavínia de Oliveira Leme, s/nº, Centro, Pedra Bela – SP, possui CLCB n.º 946652, conforme documento em anexo, com validade até 17/11/2025;

11. CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, localizado na Rua Sebastião Antônio de Lima, nº 39, Centro, Pedra Bela – SP, possui CLCB n.º 946648, conforme documento em anexo, com validade até 17/11/2025;
12. Lava Rápido, Oficina e Almoxarifado, localizado na Rua Hilário Maciel Leme, s/nº, Centro, Pedra Bela – SP, possui CLCB n.º 946654, conforme documento em anexo, com validade até 17/11/2025;
13. SAMU/ Alimentos, localizada na Rua Hilário Maciel Leme, s/nº, Centro, Pedra Bela – SP, possui CLCB n.º 949998, conforme documento em anexo, com validade até 17/11/2025;
14. CRAS 2 – Centro de Referência de Assistência Social, localizado na Rua Joaquim Alferes, s/nº, Centro, Pedra Bela – SP, possui CLCB n.º 946645, conforme documento em anexo, com validade até 17/11/2025.

Dentre as escolas municipais, há dois prédios que não se encontram em processo de regularização, pois estão desativadas, sendo elas:

1. Escola Municipal do Bairro Arara dos Binos, localizada na Estrada Municipal PDB 329, s/nº, Bairro Araras, Pedra Bela – SP, está desativada;
2. Escola Municipal do Bairro dos Tuncuns, localizada na Estrada Municipal PDB 169, s/nº, Bairro dos Tuncuns, Pedra Bela – SP, está desativada;

As demais instalações físicas (listadas na sequência) ainda não possuem o documento, porém estão em processo de regularização, onde foi contratada empresa especializada para viabilizar a emissão do AVCB. Atualmente, estão sendo realizadas as adequações dos imóveis e sendo iniciados os processos, conforme informamos a seguir:

1. Diretoria de ensino, localizada na Rua Antonio Leonardi, s/nº, Centro, Pedra Bela - SP, está em processo de regularização, aguardando apenas a emissão da ART para fazer a solicitação do protocolo, que devido ao site do CREA estar fora do ar, não foi possível ainda protocolar, por ser documento obrigatório e informamos também que a mesma já foi notificada pelo Corpo de Bombeiros, conforme Ordem de Fiscalização protocolo Nº. 215192-C/2022 em anexo;
2. Escola João Miranda, localizada na Rua Antonio Leonardi, s/nº, Centro, Pedra Bela - SP, está em processo de elaboração de Projeto Técnico, o qual está aguardando para ser protocolado, faltando a emissão da ART, e informamos que a mesma já foi notificada pelo Corpo de Bombeiros, conforme Ordem de Fiscalização protocolo Nº. 215197-C/2022 em anexo;
3. Estádio Municipal, localizado na Rua Cesila, s/nº, Centro, Pedra Bela - SP, está aguardando a finalização do levantamento planimétrico, que será fornecido pela empresa contratada para realização do levantamento de todos os prédios públicos através de licitação, para com isso elaborar o Projeto Técnico da edificação, e informamos que a mesma já foi notificada pelo Corpo de

Bombeiros, conforme Ordem de Fiscalização protocolo Nº. 215209-C/2022 em anexo;

4. Ginásio/salas de ginástica, localizado na Rua Américo Augusto Leme, nº 37, Centro, Pedra Bela – SP, está aguardando a finalização do levantamento planimétrico, que será fornecido pela empresa contratada para realização do levantamento de todos os prédios públicos através de licitação, para com isso elaborar o Projeto Técnico da edificação, e informamos que a mesma já foi notificada pelo Corpo de Bombeiros, conforme Ordem de Fiscalização protocolo Nº. 215210-C/2022 em anexo;
5. Paço Municipal/ Posto de Saúde, localizada na Rua Bernardino de Lima Paes, nº 45, Centro, Pedra Bela – SP, está em processo de elaboração de Projeto Técnico, o qual está aguardando para ser protocolado, faltando a emissão da ART, e informamos que a mesma já foi notificada pelo Corpo de Bombeiros, conforme Ordem de Fiscalização protocolo Nº. 215216-C/2022 em anexo;
6. Escola Municipal do Bairro dos Limas, localizada na Estrada Municipal PDB 166 (Estrada Municipal Expedicionário Antonio Ambrosino), s/nº, Bairro dos Limas, Pedra Bela – SP, está em processo de elaboração de Projeto Técnico, o qual está aguardando para ser protocolado, faltando a emissão da ART, e informamos que a mesma já foi notificada pelo Corpo de Bombeiros, conforme Ordem de Fiscalização protocolo Nº. 215095-C/2022 em anexo.

Dentre os prédios públicos que estão aguardando o AVCB, cabe ressaltar que o prédio em que está localizada a Diretoria de Ensino, com

área menor que 750m², correspondente a projeto técnico simplificado, sendo que já foram realizadas as obras de adequação, e está aguardando a emissão da ART para solicitar o protocolo.

O mesmo ocorre com os demais prédios públicos, com área maior que 750 m², que já estão com os projetos técnicos finalizados, aguardando as respectivas ARTs para serem protocolados, excetuando-se o prédio do Ginásio/Salas de Ginástica e o prédio do Estádio Municipal, nos quais os projetos técnicos serão elaborados após a entrega dos levantamentos planimétricos pelo profissional contratado para tanto.

Portanto, ante o acima exposto, resta claro que a maioria dos prédios públicos já possuem AVCB ou certificado de dispensa, sendo que os demais imóveis já estão em processo de regularização, pelo que se requer seja **relevado** o presente apontamento.

12. ITEM B.3.3.3 - DA COBRANÇA EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL DA DÍVIDA ATIVA

• Ausência de implantação em 2021 do parcelamento incentivado de créditos; facilitação do Pagamento via encaminhamento de boleto bancário ou guia de arrecadação preenchida ao devedor; protesto extrajudicial da Certidão da Dívida Ativa (CDA); inclusão do nome do devedor em Cadastro (Ex. Cadastro Informativo Municipal - CADIN); Inclusão do nome do devedor em serviços de proteção ao crédito.

Respeitante à cobrança extrajudicial e judicial da dívida ativa, informa que buscamos realizar a cobrança extrajudicial de diversas formas, entre elas, o envio de notificações extrajudicial pelo correio, a cobrança dos débitos por contato telefônico, por exemplo.

Além disso, divulgamos no site da Prefeitura Municipal de Pedra Bela, e também nos comércios da cidade um comunicado para que os contribuintes regularizassem seus débitos, evitando assim a cobrança extrajudicial, conforme *print* abaixo.



(<https://www.pedrabela.sp.gov.br/?pag=T1RVPU9EZz1PV0k9T1RrPU9UUT1OMIE9T0dNPU9XST1PR1U9T0dNPU9HWT1PV009T1dZPQ==&id=504>)

Ante o exposto, conforme demonstrado o Município buscou realizar a cobrança extrajudicial dos débitos, além disso, estudaremos a possibilidade de implantação dos métodos indicados pela fiscalização.

13. ITEM B.3.5. ESCRITURA PÚBLICA DOS BENS IMÓVEIS

•*Nem todos os imóveis de propriedade da municipalidade contam com Escritura Pública e Registro no Cartório de Imóveis, contrariando o artigo 167 c/c artigo 169 da Lei Federal nº 6.015/73.*

Com relação à titularidade dos imóveis, notadamente a abertura de matrícula no Cartório de Registro de Imóveis competente, não estamos medindo esforços para total regularização, tendo sido nomeada uma Comissão Especial visando à regularização formal dos bens imobiliários, inclusive no que tange à avaliação patrimonial, sendo que estão sendo realizadas diligências em cartórios entre outras medidas necessárias e cabíveis para regularização desses imóveis.

Ante o exposto, considerando que estamos em processo de regularização dos imóveis, bem como a avaliação patrimonial anual, requer seja **relevado** o presente apontamento.

14. ITEM C.1.4. VISITAS AS ESCOLAS - FISCALIZAÇÃO “IN LOCO”

•*Em visita da fiscalização em duas escolas rurais, observaram-se inadequações como: falta identificação nas unidades escolares, falhas de pintura e azulejo quebrado; •Transporte escolar inapropriado: sujo, com pneus careca, bancos danificados, sem cinto de segurança e motorista sem habilitação.*

No tocante aos apontamos supra referidos, como observa-se, são falhas pontuais que não traz prejuízo a execução dos serviços educacionais em nosso município, como passa a demonstrar.

EM Bairro das Pitangueiras de Cima

As inadequações verificadas foram encaminhadas ao setor de obras e manutenção da prefeitura.

EM Bairro das Pitangueiras de Baixo

As inadequações verificadas foram encaminhadas ao setor de obras e manutenção da prefeitura e a troca do freezer foi realizada no mesmo dia pela equipe da manutenção da educação.

Transporte escolar

O transporte foi contratado após licitação realizada pela prefeitura e encaminhado os documentos abaixo:

The image shows two scanned documents. The left document is a vehicle registration card (CRLV) for a vehicle with license plate 'UG 25756'. It includes fields for owner name, address, and vehicle details. The right document is a Brazilian National Identity Card (RG) for Antonio Marcio Gomes da Silva, born on 12/06/1971, with RG number 02433159042. It also includes a photo and a signature.

Aqui necessário um breve aparte, trazer ao conhecimento de Vossa Excelência a realidade do nosso município relativamente ao transporte de alunos. Assim, necessário esclarecer que Pedra Bela é um município com topografia montanhosa, agravado pelo fato de que a população é predominantemente rural cujas estradas em sua maioria não são pavimentadas.

Em decorrência disso, é preciso reconhecer a dificuldade de manutenção dos veículos de transporte, cuja conservação é bem mais dificultosa do que em áreas urbanas. Mas, é necessário registrar ainda que, apesar dessas dificuldades impostas, apenas um veículo foi alvo de apontamento pela fiscalização e, que, a empresa responsável já foi devidamente noticiada para imediata regularização das falhas, motivo pelo qual requer seja relevado o presente apontamento.

15. ITEM C.2. IEG-M - I-EDUC - Índice C

•A Prefeitura Municipal possui mais de 10% do quadro de professores de creche como temporários, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 9, de 02 de abril de 2009, e pela estratégia 18.1 da Meta 18 do Plano Nacional de Educação (PNE - Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014); •Menos de 50% dos estabelecimentos de Pré-Escola possuem turmas em tempo integral; •Menos de 25% dos alunos de Pré-Escola concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2021; •Nem todos os estabelecimentos que oferecem os Anos Iniciais do Ensino Fundamental possuem laboratório de informática, contrariando o Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE nº 08/10; •Em 2021, houve rotatividade de professores superior a 20% em estabelecimentos dos Anos Finais do Ensino Fundamental; •Nem todos os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental possuem formação de nível superior obtida em curso de licenciatura; •Não houve entrega do uniforme escolar aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em 2021; •A Prefeitura Municipal possui, em média, mais de 10 alunos por computador para as turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, contrariando o Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE nº 08/10; •Nem todos os professores regentes dos Anos Finais participaram de cursos de capacitação no ano de 2021, contrariando a Meta 16 do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014) e o inciso II do artigo 67 e o inciso III do § 3º do artigo

87 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; •Menos de 25% dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2021; •Nem todos os estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB vigente no ano de 2021.

- No ano de 2021 foi contratada 1 professora para creche em substituição a professora que foi afastada para a licença maternidade.
- A rotatividade ou mudança frequente de professores na creche em 2021 aconteceu apenas com 1 sala onde a professora titular saiu de licença maternidade e foi substituída por outra.
- No ano de 2021 tínhamos 5 salas de creche e todas participaram de cursos de capacitação.

1.7.1. Informe a quantidade de profissionais de creche:

Não contar mesmo profissional mais de uma vez, mesmo no caso de ter participado de vários cursos. Dados relativos ao ano de exercício de 2021

| | |
|---|---|
| Professores regentes de Creche que participaram de cursos de capacitação durante o ano: | 5 |
| Profissionais de apoio e supervisão pedagógica de Creche que participaram de cursos de capacitação durante o ano: | 1 |
| Gestores escolares de Creche que participaram de cursos de capacitação durante o ano: | 0 |

Instrução de Preenchimento

Documentários: Profissionais de apoio foi o coordenador pedagógico

- Apenas 1 escola na zona rural atende em tempo integral a pré-escola, a Rede possuía 138 alunos ativos de pré-escola e eram atendidos 35 em tempo integral 25%.
- Em 2021 trabalhamos com 9 salas de pré-escola e 8 professores realizaram cursos de capacitação.
- A Rede possuía 138 alunos ativos de pré-escola e eram atendidos 35 em tempo integral 25%.

- O único aluno da pré-escola que não frequentou o AEE (Atendimento Educacional Especializado) foi esse onde segue os relatórios.

| | | |
|---|--|---|
| <p>TCESP Tribunal de Contas do Estado de São Paulo</p> <p>Unidade Regional de Campinas UR-03</p> <p>Prof. Dr. Marcos Henrique Coelho Duran MESTRE E DOUTOR EM CIÊNCIAS MÉDICAS PELA UNICAMP CRM 52516</p> <p>Relatório</p> <p>31/01/2022</p> <p>O paciente menor Vinicius Miguel Rosa apresenta quadro de CID (X) G 800 e G 402 de difícil controle medicamentoso com frequência de aproximadamente 20 crises associado a importante mobilidade reduzida impossibilita a inclusão em escola regular de ensino. Ao dispor para esclarecimentos</p> <p>Atenciosamente</p> <p>(Dr. Marcos Henrique C. Duran) CRM 52516</p> <p>Rua Santo Antônio Client, 250 - Jd. Chapadão - Fone (19) 3943-2762 - CEP: 13070-141 - Campinas - SP</p> | <p>Pedra Bela, 06 de outubro de 2022.</p> <p>Assunto: Vinicius Miguel Rosa</p> <p>Visita domiciliar realizada no dia 05/10/2022 para o menor Vinicius Miguel Rosa, nascido em 27 de dezembro de 2016, sob responsabilidade de seus pais, Leandro Benedito da Rosa e Juliana Aparecida Dirsi da Rosa.</p> <p>Breve relatório:</p> <p>Menor com diagnóstico de Paralisia Cerebral Espástica - CID G 80.0 e Epilepsia Sintomática CID G 40.2 com crises epilépticas, em seguimento tratamento ambulatorial, com uso de medicamentos, conforme laudo do Neurologista Dr. Marcos Henrique Coelho Duran, CRM 52516 de 31/06/2022.</p> <p>Durante a visita desta equipe, conversamos com a mãe Juliana que nos relatou a história do seu filho desde o nascimento.</p> <p>Vinicius nasceu sem nenhuma intercorrência e teve desenvolvimento normal até os 10 meses quando teve a primeira crise. Depois de vários exames e acompanhamentos foi realizado o diagnóstico de paralisia cerebral e epilepsia de difícil controle. Tudo que a criança tinha aprendido no desenvolvimento normal para a idade foi se degenerando. As crises foram aumentando e a criança ficou hospitalizada por 61 dias na UTI. Foi necessário realizar uma cirurgia e a criança teve acúmulo de líquido nas cavidades internas do cérebro (hidrocefalia), desenvolvendo outras complicações como incontinência urinária, diabetes, Síndrome pendente de Sódio e fotofobia. Por conta da fotofobia Vinicius não pode ficar em lugares iluminados e não pode se expor ao sol, necessitando sempre de proteção e outros cuidados quando se desloca para ir aos tratamentos médicos.</p> <p>Na parte motora Vinicius tem paralisia das pernas, alteração do tônus muscular e contração involuntária dos membros, fazendo uso de cadeira de rodas.</p> <p>Utiliza o oxigênio e já aconteceram duas crises convulsivas intensas sendo necessário acionar o atendimento especializado SAMU, enquanto isso a mãe que possui o treinamento já realizava os primeiros socorros.</p> | <p>Relatório:</p> <p>Assistido por profissionais do Plano de Saúde e em alguns momentos por um neurologista, Fonoaudióloga, Terapeuta Ocupacional alizava o tratamento na cidade de Pedra Bela através do Colchador para Incluir, mas com o passar do tempo e a necessidade de outros especialistas das cidades de Atibaia, Bragança e São João do Rio Preto.</p> <p>Uma terapia método Therasuit na cidade de Bragança com treinamento neurointensivo, com duração de 4 semanas e dia direcionado para aprendizagem de padrões funcionais de força, funcionalidade, coordenação e equilíbrio.</p> <p>Medicações:</p> <p>Na, clobazam e carbamazepina.</p> <p>Tratamento a criança não tem a remissão dos sintomas, com a ter 20 crises convulsivas por dia. Tem uma alimentação ingestão de sódio via oral e de todo o controle via medicamento do intestino.</p> <p>Exposto a criança não tem condições de frequentar a escola (laudo médico atestando). Observando a criança e todo o contexto de todas as suas necessidades, não encontramos nos serviços de saúde a possibilidade de continuar realizando os tratamentos para conseguir a manutenção da sua vida. Estamos acompanhando a parte, assim que a criança estabilizar introduziremos a parte de reabilitação para informações pertinentes.</p> |
|---|--|---|

- Até o momento apenas 2 escolas tem laboratório de informática, estamos trabalhando para ampliar esse número de atendimentos. Estamos iniciando com a instalação de internet nas escolas de difícil acesso.
- Os anos iniciais 1 escola atende em tempo integral, temos projeto para atender em tempo integral a EM de Pedra Bela, pois no momento não temos espaço físico, as demais escolas são rurais e tem um número baixo de alunos dificultando planejar o tempo integral.
- É uma realidade da Educação pública brasileira: o quadro docente está sempre mudando, nos anos finais houve uma maior rotatividade devido à exoneração de alguns professores, outros afastados para exercer funções como diretor, coordenador e readaptação.
- Os professores dos anos iniciais poucos participaram de cursos de capacitação.

3.4.1. Informe a quantidade de profissionais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):

Não contar mesmo profissional mais de uma vez, mesmo no caso de ter participado de vários cursos.

| | |
|---|--------------------------------|
| Professores regentes dos Anos Iniciais que participaram de cursos de capacitação durante o ano: | <input type="text" value="8"/> |
| Profissionais de apoio e supervisão pedagógica dos Anos Iniciais que participaram de cursos de capacitação durante o ano: | <input type="text" value="1"/> |
| Gestores escolares dos Anos Iniciais que participaram de cursos de capacitação durante o ano: | <input type="text" value="1"/> |

- A Rede possui 26 docentes efetivos dos anos iniciais no qual 3 deles não possuem nível superior
- No ano de 2021 iniciamos a entrega de uniformes nas creches, estamos com projeto de atendimento no ensino fundamental para 2023.
- Cada escola que possui sala de informática conta com 10 equipamentos e as salas que tem em média 27 alunos e se revezam o uso e no momento não temos sala maior para ampliar o número de equipamentos.
- Os docentes de anos finais de 19 efetivos 8 participaram de cursos de formação durante o ano letivo de 2021.
- No momento a rede não atende os anos finais em tempo integral, não temos espaço físico, pois só uma escola atende essa demanda.
- No ano de 2021 somente 1 escola possuía laudo do AVCB, já em 2022 todas as 7 escolas rurais e a EMEI Algodão Doce já possuem e as 2 maiores a EM de Pedra Bela e a do Bairro dos Limas não possui porque foi feito o projeto e estamos aguardando a liberação.

16. D.2. ITEM IEG-M - I-SAÚDE - Índice C+

- *Nem todas as metas previstas para os indicadores do Plano Municipal de Saúde (2018-2021) foram atingidas, comprometendo a eficácia das ações governamentais;*

Em que pese o presente apontamento é necessário obtemperar que, algumas metas restaram prejudicadas em razão do esforço extraordinário de combate a Covid-19, especialmente no exercício de 2020 e 2021.

Entretanto, não houve reflexo negativo na realização dos trabalhos, pelo contrário, a gestão da saúde no município de Pedra Bela foi avaliada e premiada recentemente, fruto de grande esforço e consequente qualidade na prestação desse serviço essencial a nossa população.

•*Não houve treinamento específico aos membros do Conselho Municipal de Saúde;*

Muito embora não tenha sido disponibilizado treinamento específico para os integrantes do Conselho da Saúde, a Prefeitura disponibiliza técnicos e consultoria especializada em administração pública que também está a disposição do Conselho da Saúde.

De outra parte, o referido Conselho vem cumprindo seu papel de forma autônoma, possuindo capacidade técnica e competência para desempenhar suas atribuições.

•*Não houve apresentação dos Relatórios do 1º e 2º Quadrimestres de 2021 em audiência pública na Câmara Municipal dentro do prazo, contrariando artigo 36, §5º, da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;*

Em que pese o presente apontamento, as informações estão equivocadas, pois, os relatórios do 1º e 2º Quadrimestres de 2021 em audiência pública na Câmara Municipal dentro do prazo legal estabelecido, conforme comprova a documentação anexa.

•*Nenhuma unidade de saúde (estabelecimento físico) possui AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) ou CLCB (Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros), contrariando Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018 e Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;*

Conforme já esclarecido em item próprio, a Prefeitura vem envidando todos os esforços para obtenção AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) ou CLCB (Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros), contrariando Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018 e Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Tanto é que a maioria dos prédios públicos já foram regularizados e, atualmente possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) ou CLCB (Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros).

Todavia, a obtenção AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) depende muitas vezes de reformas, adaptações dos imóveis etc., que, requer tempo, investimento e, planejamento, pois, é necessário programar a realização de obras nas unidades de saúde em razão dos horários de atendimento de paciente e demais procedimentos que são realizados e não podem ser realizados concomitantemente com obras, por exemplo.

•*Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, contrariando Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;*

Em que pese haver fiscalização e adequação sanitária em todas as unidades de saúde, a emissão de alvará de funcionamento da Vigilância

Sanitária é condicionado a emissão do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), que, como já referido anteriormente está em fase de regularização.

- *Não houve gestão do estoque de insumos para controle de vetores (inseticidas, larvicidas) de interesse da Vigilância em Saúde, incluindo o armazenamento e o transporte desses insumos para seus locais de uso, contrariando o inciso XIV do artigo 11 da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.378, de 09 de julho de 2013;*

Trata-se de município de pequeno porte com pouco mais de 7 mil habitantes cujas coletas são feitas com orientação da DRS de Campinas/SP, sendo certo que considerando em vista das coletas em anos anteriores não apresentaram resultado positivo.

Diante disso, não foram realizadas coletas em 2021, porém, independente disso já determinamos ao Departamento de Saúde as providencias necessárias para sanar o referido apontamento.

- *Não houve implantação da Ouvidoria da Saúde em âmbito municipal, contrariando o item h do artigo 5.1 da Resolução CIT (Comissão Intergestores Tripartite) nº 4, de 19 de julho de 2012.*

Embora não tenha sido implantada ouvidoria própria e exclusiva da Saúde, a Prefeitura possui sistema de Ouvidoria que recebe e processa as mais diversas reclamações, sugestões, críticas etc., incluindo a área da saúde.

Ademais, trata-se de município de pequeno porte com cerca de 7 mil habitantes, cujas alterações e defeitos nos serviços de saúde são

facilmente percebidas, e, recebidas através dos canais já disponíveis a nossa população, não havendo qualquer prejuízo nesse aspecto.

Sem embargo disso, já determinamos que os responsáveis estudem a viabilidade de implantação de sistema próprio e exclusivo de Ouvidoria da Saúde do nosso município.

17. ITEM D.3. VERIFICAÇÃO DE RESOLUTIVIDADE NO AGENDAMENTO DE EXAMES E CONSULTAS DE ESPECIALIDADES MÉDICAS

•Existência de demanda reprimida nas consultas e nos exames médicos no Município, em afronta ao direito social da saúde, garantido pelo artigo 6º da Constituição Federal, bem como ineficácia por parte do Poder Executivo na gestão de políticas sociais relacionadas às ações e serviços de saúde, em descumprimento ao artigo 196 do referido diploma legal;

Com todo respeito, a alegada existência de demanda reprimida é rigorismo excessivo da r. fiscalização, pois, são casos pontuais de especialidades médicas com prazo não superior a 60 dias.

Do mesmo modo, alguns exames mais complexos que se encontrava em atraso já foram solucionados com a contratação adicional de serviços de terceiros.

Cumprе mencionar, por oportuno que o município de Pedra Bela recebeu premiação recentemente, justamente pela boa gestão da saúde, o que demonstra que esses serviços essenciais são prestados com eficiência à nossa população.

18. ITEM D.4. PUBLICAÇÃO DE ESCALAS DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE EM SÍTIOS ELETRÔNICOS (INTERNET)

• *O Município não publica a escala de plantões e consultas dos profissionais de saúde em sítios eletrônicos, em inobservância ao artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e ao artigo 8º, caput, da Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2017.*

Os plantões e consultas dos profissionais de saúde são realizados por profissionais de empresa contratada para prestação dos referidos serviços, sob fiscalização da Prefeitura.

Não se tratando de profissionais pertencentes do quadro permanente da Prefeitura, verifica-se rotatividade constantes desses profissionais sob gerência direta da empresa contratada.

Para fins de elidir o referido apontamento, já determinamos a notificação da empresa contratada, para que forneça previamente o rol dos profissionais que realizam consultas e plantões, para que seja feita a disponibilização também na rede mundial de computadores – internet.

19. ITEM E.1. IEG-M - I-AMB - Índice C

• *Não foi instituída lei regulamentando a proibição de queimada urbana pelo Município;*

Esclarece que já foi elaborada lei regulamentando a proibição de queimada urbana pelo Município de Pedra Bela, e protocolado na Câmara Municipal de Pedra Bela, conforme comprova a documentação anexa.

•Nem todas as metas do plano municipal ou regional de saneamento básico foram cumpridas dentro do prazo; •O cronograma de metas do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) não contém previsão das metas de redução de resíduos sólidos secos dispostos em aterros; •Nem todas as metas do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos foram cumpridas dentro do prazo; •A Prefeitura Municipal não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) elaborado e implantado, contrariando o artigo 11 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações; •Segundo dados constantes na base de dados do SNIS referência 2020, uma parcela dos domicílios do município estava em situação de risco de inundação.

No tocante aos apontamentos supramencionados pela r. fiscalização, informamos que será realizada atualização dos planos e metas do PMRS buscando melhorar esses índices, ressaltando que algumas ações foram prejudicadas pela pandemia por COVID-19.

Acerca do Plano de Gerenciamentos dos Resíduos Sólidos da Construção Civil, vale ressaltar que também será providenciada legislação específica do mesmo.

Já em relação à alegação da existência de imóveis em locais de risco de inundação, essa situação não diz respeito ao nosso município havendo equivoco na prestação dessa informação junto ao mencionado sistema.

20. ITEM E.1.1. PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

•Nem todas as metas do Plano Municipal de Saneamento Básico foram cumpridas; •A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo

- ARSESP apontou uma série de não conformidades em 2021, referentes à qualidade da prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e comercial.

Quanto as metas do Plano Municipal de Saneamento Básico, esclarece que o Departamento de responsável está realizando a atualização dos planos e metas do PMSB buscando melhorar esses índices, ressaltando que algumas ações foram prejudicadas pela pandemia por COVID-19.

Já em relação aos apontamentos constantes do relatório da ARSESP estamos tomando todas as providencias cabíveis, conforme contrato firmado entre o município de Pedra Bela e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

21. ITEM E.1.2. GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

•A Prefeitura não cumpriu a meta do Plano Municipal de Gestão Integrada de resíduos Sólidos de diminuição dos resíduos do município de 375 Kg/dia para 389 kg/dia em 2021.

Em relação ao cumprimento de metas foram realizadas diversas campanhas de conscientização, entretanto, em razão da pandemia muitas pessoas escolheram a nossa cidade para realizar os trabalhos home office, se tornando habitantes fixos do nosso município, o que prejudicou o cumprimento das metas.

22. ITEM G.2. FIDEDGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

•Existência de divergência dos dados informados ao Sistema Audesp, em inobservância aos Princípios da Transparência (artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Evidenciação Contábil (artigo 83 da Lei Federal nº 4.320/64); •Proposta da fiscalização: que seja recomendado à Origem para que promova ajustes, a fim de garantir a fidedignidade das informações encaminhadas ao Sistema Audesp, em atendimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil.

Esclarece que, já foram providenciadas todas as correções necessárias, não persistindo essa impropriedade, motivo pelo qual requer sejam relavado o presente apontamento.

Ademais disso, não se trata de falha grave ou intencional, portanto, dada a sua natureza incapaz de gerar qualquer prejuízo ao controle social e a fiscalização desse E. Tribunal de Contas.

23. ITEM H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAÍSES-MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS

•Tendo em vista as análises apuradas, indica-se que o Município poderá não atingir algumas metas dos ODS conforme apontado no corpo do relatório.

No tocante ao presente apontamento, cumpre dizer que, refere-se a metas para cumprimento a longo prazo, portanto, a observação de que o município pode vir a não atingir essas metas, reflete apenas a opinião pessoal do r. agente de fiscalização, que não apresentou nenhum dado concreto a esse respeito.

De se dizer também que, como restou demonstrado anteriormente, estamos envidando todos os esforços para estruturação física e de pessoal para o necessário planejamento, inclusive em relação fiscal, educacional e inclusiva.

24. ITEM H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

•Desatendimento às Instruções deste Tribunal, concernente à ausência de fidedignidade de algumas informações encaminhadas ao sistema Audesp;

Não procedem as alegações da fiscalização de desatendimento as recomendações exaradas em processos de análise de contas anteriores já transitadas em julgado.

Muito pelo contrário, conforme fico demonstrado nesse instrumento de defesa, todas as recomendações foram rigorosamente observadas e atendidas pela administração pública municipal.

Quanto a alegada ausência de fidedignidade de informações encaminhadas ao Audesp, não se trata de ocultação de informações e/ou documentos, tampouco intencional, na realidade diz respeito a identificação e correta classificação de informações concernentes a dispensa, inexigibilidade, o que foi imediatamente corrigido assim que tomamos conhecimento.

•Encaminhamento de informações ao Sistema Audesp intempestivamente.

Da mesma forma, não há que se falar em descumprimento de recomendação ou determinação desse E. Tribunal, respeitante ao alegado envio intempestivo de documentos ao Audeesp.

Através de pesquisas realizadas no ambiente oficial do Sistema AUDESP, através do menu "Auditoria / Relatório Gerencial / Situação de Entrega", verifica-se que o município de Pedra Bela entregou todos os documentos previstos nas Instruções e Comunicados do TCESP/AUDESP, contrariando a afirmação no relatório de fiscalização das contas anuais de 2021.

Também é possível verificar que o município entregou 152 (cento e cinquenta e dois) documentos no prazo e apenas 8 (oito) documentos fora do prazo. Uma taxa de 5,26% de entregas em atraso. A mesma pesquisa demonstra um prazo médio de 4,75 dias de atraso para os documentos entregues fora do prazo.

Trata-se, na verdade, com todo respeito, de excesso de rigorismo da fiscalização, pois, são ocorrências mínima, pontuais, que não comprometeram a análise e fiscalização de nossas contas, e, ademais disso, todas as informações e documento foram enviados a essa Corte de Contas, motivo pelo qual requer seja relevado esse apontamento.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

III.1 - do Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM

Por derradeiro, Excelência, cumpre-nos esclarecer e apresentar as justificativas acerca do **Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM que alcançou o CONCEITO C+.**

a) Da necessária observância ao Princípio da Isonomia. Concessão de tratamento igualitário.

O princípio da isonomia é constitucional e define que todos são iguais perante a lei, o que significa que o Estado deve tratar todos os cidadãos de maneira igualitária, sem discriminação de qualquer natureza.

Esse princípio está previsto no artigo 5º da Lei Maior, que trata dos direitos e garantias fundamentais dos indivíduos. O *caput* do artigo em referência, preceitua que: *“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:”*

Nesse horizonte, *“se sou igual ao outro, devo receber o mesmo tratamento que ele”*. A previsão constitucional do direito igualitário *“é autojustificado; a simetria de tratamento acalma e tranquiliza, já que é previsível e não traz surpresas”*. De outra parte, *“o tratamento desigual perturba. Faz com que o indivíduo indague o porquê do tratamento não isonômico, e ao sentir-se discriminado percebe-se ameaçado de não mais fazer parte do grupo dos iguais”*. (Abreu, Pedro Manoel. *Processo e Democracia*. São Paulo: Conceito Editorial, 2011, v3, p. 86 e 144.)

Na orbita da jurisprudência dos Tribunais de Contas, o princípio da isonomia não só fundamenta a necessidade da valorização, como impõe a

entrega de respostas jurisdicionais uniformes as mesmas questões jurisdicionais. Ou seja, tratar de forma semelhante as demandas que também o são é forma de garantia da isonomia, segurança jurídica e otimização dessas demandas.

Assim, ainda que se leve em conta fundamentos de singularidade de julgamentos em cada caso concreto, a existência de julgados análogos de forma diferente não é justa nem mesmo sustentável, mormente em casos de precedentes estabelecidos no julgamento de contas públicas, em que os gestores são avaliados em relação a gestão do erário público. Em tais casos, julgamentos diferentes para a mesma matéria, fere de morte o princípio constitucional da **isonomia** e da **segurança jurídica**, inclusive.

Nesse quadro, como já se disse anteriormente, municípios que apresentaram resultados semelhantes ou piores que os da Prefeitura Municipal de Pedra Bela no IEGM obtiveram parecer favorável a aprovação de suas contas anuais por esse E. Tribunal de Contas, como passa a demonstrar:

Sessão de 28/06/2022
TC-002868.989.20-3
Prefeitura Municipal: Júlio Mesquita
Exercício: 2020
Resultado: PARECER FAVORÁVEL

| IEGM | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|------|------|------|------|------|
| | C + | C+ | C+ | C |

Indicador Temático 2021

| | |
|----------|----|
| IEG-M | C |
| i-Plan | C+ |
| i-Fiscal | C |
| i-Educ | C |
| i-Saúde | C+ |

| | |
|----------|---|
| i-Amb | C |
| i-Cidade | C |
| i-Gov TI | C |

Sessão de 12/04/2022
Prefeitura Municipal: Salesópolis.
Exercício: 2020

Resultado: PARECER FAVORÁVEL, COM ADVERTÊNCIAS E ALERTAS.

| IEGM | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|------|------|------|------|------|
| | C | C | C | C |

Referência: **Salesópolis**

Indicador Temático 2021

| | |
|----------|---|
| IEG-M | C |
| i-Plan | C |
| i-Fiscal | C |
| i-Educ | C |
| i-Saúde | C |
| i-Amb | C |
| i-Cidade | C |
| i-Gov TI | C |

Sessão de 10/05/2022
TC-002753.989.20-1
Prefeitura Municipal: Boa Esperança do Sul
Exercício: 2020

Resultado: PARECER FAVORÁVEL, COM RECOMENDAÇÕES

| IEGM | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|------|------|------|------|------|
| | C + | C+ | C | C |

Referência: **Boa Esperança do Sul**

Indicador Temático 2021

| | |
|----------|----|
| IEG-M | C |
| i-Plan | C |
| i-Fiscal | C+ |
| i-Educ | C |

| | |
|----------|---|
| i-Saúde | C |
| i-Amb | C |
| i-Cidade | C |
| i-Gov TI | C |

Sessão de 03/05/2022
TC-003339.989.20-4
Prefeitura Municipal: Suzano.
Exercício: 2020.

Resultado: PARECER FAVORÁVEL, COM RECOMENDAÇÕES

| IEGM | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|------|------|------|------|------|
| | C + | C+ | C+ | C |

Referência: **Suzano**

Indicador Temático 2021

| | |
|----------|----|
| IEG-M | C |
| i-Plan | C |
| i-Fiscal | C+ |
| i-Educ | C |
| i-Saúde | C+ |
| i-Amb | C+ |
| i-Cidade | C+ |
| i-Gov TI | C |

Sessão de 14/06/2022
TC-003297.989.20-4
Prefeitura Municipal: Vargem Grande Paulista
Exercício: 2020

Resultado: PARECER FAVORÁVEL, COM DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

| IEGM | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|------|------|------|------|------|
| | C + | C+ | C+ | C |

Referência: **Vargem Grande Paulista**

Indicador Temático 2021

| | |
|----------|----|
| IEG-M | C |
| i-Plan | C |
| i-Fiscal | B |
| i-Educ | C |
| i-Saúde | C+ |
| i-Amb | C |
| i-Cidade | B |
| i-Gov TI | C+ |

TC-002770.989.20-0
Prefeitura Municipal: Cândido Mota
Exercício: 2020
Resultado: PARECER FAVORÁVEL

| IEGM | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|------|------|------|------|------|
| | C + | C+ | C+ | C |

Referência: **Cândido Mota**

Indicador Temático 2021

| | |
|----------|----|
| IEG-M | C |
| i-Plan | C |
| i-Fiscal | C+ |
| i-Educ | B |
| i-Saúde | C |
| i-Amb | C |
| i-Cidade | C |
| i-Gov TI | C |

Sessão de 24/05/2022
TC-003145.989.20-8
Prefeitura Municipal: Pedro de Toledo
Exercício: 2020
Resultado: PARECER FAVORÁVEL, COM ADVERTÊNCIA

| IEGM | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|------|------|------|------|------|
| | C | C+ | C | C |

Referência: **Pedro de Toledo**

Indicador Temático 2021

| | |
|----------|----|
| IEG-M | C |
| i-Plan | C |
| i-Fiscal | C+ |
| i-Educ | C |
| i-Saúde | C+ |
| i-Amb | C |
| i-Cidade | B |
| i-Gov TI | C |

Sessão de 17/05/2022
TC-003115.989.20-4
Prefeitura Municipal: Itapura
Exercício: 2020
Resultado: PARECER FAVORÁVEL, COM RECOMENDAÇÕES

| IEGM | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|------|------|------|------|------|
| | C + | C+ | C | C |

Referência: **Itapura**

Indicador Temático 2021

| | |
|----------|----|
| IEG-M | C |
| i-Plan | C |
| i-Fiscal | C+ |
| i-Educ | C+ |
| i-Saúde | B |
| i-Amb | C |
| i-Cidade | C |
| i-Gov TI | C |

Sessão de 31/05/2022
TC-003214.989.20-4
Prefeitura Municipal: Ferraz de Vasconcelos
Exercício: 2020
Resultado: PARECER FAVORÁVEL

| IEGM | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|------|------|------|------|------|
| | C + | C | C | C+ |

Referência: **Ferraz de Vasconcelos**

Indicador Temático 2021

| | |
|----------|----|
| IEG-M | C+ |
| i-Plan | C |
| i-Fiscal | B |
| i-Educ | C+ |
| i-Saúde | C |
| i-Amb | C |
| i-Cidade | C+ |
| i-Gov TI | C |

SESSÃO DIA 19/07/2022
TC-002756.989.20-8
Prefeitura Municipal: Boracéia
Exercício: 2020
Resultado: PARECER FAVORÁVEL

| IEGM | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | C + | C+ | C+ | C |

Referência: **Boracéia**

Indicador Temático 2021

| | |
|----------|----|
| IEG-M | C |
| i-Plan | C |
| i-Fiscal | C+ |
| i-Educ | C |
| i-Saúde | B |
| i-Amb | C |
| i-Cidade | C+ |
| i-Gov TI | C+ |

Sessão de 03/05/2022
TC-003190.989.20-2
Prefeitura Municipal: Vargem
Exercício: 2020
Resultado: PARECER FAVORÁVEL

| IEGM | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|------|------|------|------|------|
| | C | C | C | C |

Referência: **Vargem**

Indicador Temático 2021

| | |
|----------|---|
| IEG-M | C |
| i-Plan | C |
| i-Fiscal | B |
| i-Educ | C |
| i-Saúde | B |
| i-Amb | C |
| i-Cidade | C |
| i-Gov TI | C |

TC-003141.989.20-2

Prefeitura Municipal: Pardinho

Exercício: 2020.

Resultado: PARECER FAVORÁVEL, COM RECOMENDAÇÕES

| IEGM | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|------|------|------|------|------|
| | C | C+ | C+ | C |

Referência: **Pardinho**

Indicador Temático 2021

| | |
|----------|----|
| IEG-M | C |
| i-Plan | C |
| i-Fiscal | B |
| i-Educ | C |
| i-Saúde | C+ |
| i-Amb | C |
| i-Cidade | C |
| i-Gov TI | C |

Nessa esteira, julgamento discrepante em casos análogos, afronta a necessária segurança jurídica, donde presume-se imperativa uniformização da jurisprudência, propiciando previsibilidade e respeito

ao princípio da igualdade. *Permissa vênia*, em respeito ao Princípio da Isonomia e da Razoabilidade, impõe-se tratamento igualitário a Prefeitura de Pedra Bela para fins emitir parecer favorável à aprovação das contas anuais de 2021.

b) Da realidade dos fatos. Necessidade de se considerar as dificuldades reais do gestor. Art. 22, da LINDB.

Nos termos do art. 22, § 1º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), “em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.”

Oportuno ressaltar que, em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), que deu origem a uma crise mundial com paralisação de atividades econômicas, impactos na produção industrial e no comércio, afetando diretamente o emprego e a renda.

Nesse cenário, um dos principais impactos da crise econômica ocasionado pela pandemia foi a queda na arrecadação de tributos, em razão da paralisação da atividade econômica e do diferimento de pagamentos em decorrência das medidas emergenciais tomadas pela União, que através do Decreto nº 6 de 20 de março de 2020 decretou estado e calamidade pública. Diante da instabilidade econômica, verificou-se redução na arrecadação de tributos federais, impactando diretamente a transferência aos Municípios.

Conforme é sabido e consabido, o recurso do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é a principal fonte de recurso dos Municípios, em especial os municípios de pequeno porte, como é o caso de Pedra Bela, cujas arrecadações das receitas próprias são diminutas.

Nesse contexto, ressalta-se que, o total repassado aos Municípios em 2020 apresentou queda acentuada em termos nominais, que, considerando ainda o comportamento da inflação, verificou-se que o FPM acumulado em 2020 teve redução de 7% em relação ao mesmo período do ano anterior (2019), cujos reflexos também foram sentidos nas contas sob exame referente ao exercício de 2021.

Esses números, averiguados através dos indicadores fiscais, impactou diretamente na fixação de conceitos ou estabelecimento de faixas do IGM, pois, é retirado ponto importante no fechamento do conceito final de índice, comprometendo o resultado final como um todo.

Nessa mesma esteira, cita ainda o atraso de obras necessárias para obtenção de AVCB em diversos estabelecimentos de ensino e da saúde, seja por necessidade de reorganização e planejamento dos gastos públicos, direcionando-os à área de prestação de serviços de saúde voltados ao combate e tratamento da doença (Covid-19), seja pela falta de mão de obra, ou mesmo impossibilidade de realizar esses serviços naquele momento de incertezas, além da observância às regras de distanciamento social, inclusive.

Diante de tudo isso, não temos medido esforços para o desenvolvimento econômico do nosso município, principalmente, através

do desenvolvimento turístico, visando geração de emprego e renda a nossa população.

Portanto, Excelência, é necessário avaliar a gestão considerando as dificuldades enfrentadas em especial em razão pandemia mundial o que afetou diretamente o planejamento das ações governamentais tendo sido envidado grande esforço e direcionamento de verbas públicas para combater a doença e salvar vidas.

IV - DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, confiante no espírito de Justiça que norteia esse E. Tribunal, e invocando os áureos suplementos do ínclito Conselheiro, ficamos serenamente no aguardo da decisão de Vossa Excelência, que bem saberá sopesar os argumentos oferecidos, e em face das justificativas, aceitar os argumentos aqui expostos considerando regular as contas do exercício de 2021, como medida da mais lúdima JUSTIÇA!

Pedra Bela/SP, 13 de dezembro de 2022.

Álvaro Jesiel de Lima
Prefeito

David Augusto Casagrande
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 320.419